

Jornalismo Investigativo

23 de Julho de 2024 | Edição nº 3 | Distribuição Gratuita | www.cipmoz.org

Furto de geradores e baterias lesa TMCel em milhões de meticais

Por: Lázaro Mabunda e Raúl Massingue



Introdução

A falência técnica da Tmcel criou condições para a emergência, na região sul de Moçambique, de uma rede de furto de equipamento, geradores e baterias, para suposta comercialização no mercado paralelo. A rede, que se supõe estar sediada em Inhambane, opera nas províncias do sul e centro do país e já causou prejuízos superiores a 20 milhões de meticais, entre 2021 e 2024, à empresa maioritariamente detida pelo Estado. O caso mais recente é de tentativa de furto do gerador da antena da localidade de Maculuve, posto administrativo de Zivane, distrito de Mabote, em Inhambane, alegadamente ordenado pelo administrador distrital, Carlos Mussanhane.

A retirada do gerador de energia da antena de Tmcel de Maculuve obedeceu ao mesmo *modus operandi* dos furtos ocorridos em três outras antenas da operadora na mesma província de Inhambane. Os supostos ladrões vandalizam a vedação ou o cadeado que dá acesso à área protegida e, outro aspecto, essas operações ocorreram à luz do dia mas o carregamento do equipamento só é feito ao anoitecer. Em todas as operações, os envolvidos identificavam-se, sempre que fossem questionados, como estando ligados à Tmcel e como justificação alegavam que removem o equipamento antigo para introduzir outro mais moderno.

Entre 2021 e 2024 foram furtados três geradores, nos distritos de Vilankulo, Jangamo e Inharrime, na província de Inhambane, e 175 baterias, 70 em Maputo, 61 em Inhambane, 33 em Gaza, 10 em Sofala e uma em Tete.

Em Maculuve, distrito de Mabote, as operações de retirada do gerador foram realizadas a mando do administrador distrital, Carlos Mussanhane, e financiadas por um empresário que o administrador Carlos Mussanhane designa por “parceiro” do governo distrital cujo nome não quis revelar.

Durante a investigação deste caso, a equipa do CIP visitou os quatro locais onde os geradores foram furtados e revela, a seguir, os detalhes das operações da rede que se dedica ao negócio ilícito desde 2021.

Crise da Tmcel e fusão como oportunidade para furtos

A Mcel, actual Tmcel, entrou no histórico de crise financeira a partir de 2012, penúltimo ano de mandato do presidente Armando Guebuza¹. Foi a partir desse ano que passou a não publicar os seus relatórios e contas de gestão através dos meios oficiais, o seu website e jornais². A ocultação dos relatórios financeiros foi interpretada como tentativa de esconder os resultados financeiros negativos resultantes da má gestão de que a empresa estava a ser vítima. Geralmente, os finais de mandatos dos governos da Frelimo são caracterizados por negócios entre empresas privadas e o Estado, um mecanismo para retirar, de forma lícita, as finanças do Estado e das empresas públicas para as privadas. Os fundos são usados como garantia de reforma dos dirigentes, dada a incerteza em relação às opções do futuro presidente da República e do partido, e também para o financiamento de campanhas eleitorais da Frelimo.

Um estudo do MISA Moçambique (2017) concluiu que a Mcel era uma das empresas públicas mais fechadas e que se tinha recusado a partilhar os seus relatórios e contas dos exercícios económicos de 2012 em diante, alegadamente porque continham informações confidenciais³. Só retomou a publicação de relatórios em 2019, um ano após a fusão com a empresa Telecomunicações de Moçambique (TDM), passando a adoptar a nova denominação Moçambique Telecom, SA (Tmcel). Curiosamente, o retorno à publicação dos relatórios e contas, através do seu website e outros meios, coincide com o final do primeiro mandato do governo de Filipe Nyusi. Ou seja, entre 2012 e 2018 nada se sabe, publicamente, sobre a gestão financeira da então Mcel. Oficialmente não há explicação sobre as razões da não publicação dos relatórios nem da retoma da sua publicação, mas levantam-se as seguintes hipóteses: (i) resultado da fusão das duas empresas (mCel e TDM), (ii) pressão que a Tmcel e o Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) vinham sofrendo da sociedade civil para que tornasse os relatórios públicos, ou (iii) imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI) como condição para a retoma do financiamento à economia nacional.

Em 2019 iniciou o processo de modernização da Tmcel que consistiu na mudança de equipamentos (modems) de transmissão de sinal de rede que eram usados na altura, produzidos pela Ericsson e pela Alcatel, pelos modernos equipamentos da chinesa Huawei. Durante este período, a crise financeira da Tmcel agravou-se devido à redução de subscritores dos produtos e serviços e a empresa passou a ter dificuldades para o pagamento de salários aos trabalhadores e para o pagamento de dívidas com terceiros.

Conforme foi demonstrado pelo estudo do CIP (2022)⁴, a quota de mercado da Tmcel caiu para 12.46% em 2020, comparativamente com 13.63%, em 2019. Esta situação deveu-se, fundamentalmente, à redução de subscritores dos produtos

e serviços oferecidos pela empresa, que saiu de 56.9 mil subscritores, em 2019, para 52.9 mil, em 2020. No mesmo período, os novos contractos também experimentaram uma redução de 2.9 mil para 1.7 mil. Os dados constantes dos relatórios e contas dos primeiros três anos (2019-2021) após a fusão da empresa mostravam essa tendência de deterioração da situação financeira e patrimonial da empresa.

De acordo com o mesmo estudo, a redução dos subscritores e de novos contractos fez com que as vendas da empresa reduzissem na ordem de 3 mil milhões de MT, tendo saído de 7.4 mil milhões de MT, em 2019, para 4.4 mil milhões MT, em 2020, o que corresponde a uma redução de vendas em cerca de 1 milhão de MT por ano.

Esta crise fez com que a Tmcel registasse atrasos salariais, incluindo o pagamento dos subsídios mensais dos guardas das antenas, o que eventualmente terá criado certo desânimo e pouco comprometimento deles com a protecção das antenas. O facto é que nenhum dos guardas das antenas conseguiu detectar a retirada de equipamento. Em algumas antenas, como a de Nhacuongo, no distrito de Inharrime, o furto do gerador só foi identificado quando se estava a proceder a reposição da rede, através de mudanças de equipamentos antigos.

Os furtos ocorreram durante a fase de troca de equipamento antigos pelos mais modernos (a partir de 2021 a esta parte), o que significa que os protagonistas podem ter acompanhado também este momento para subtrair os bens em nome de ordens emanadas pela estrutura directiva da Tmcel. Por exemplo, em Chuchululo, no distrito de Jangamo, a informação que foi espalhada foi de que a Tmcel estava a efectuar a mudança dos seus equipamentos. Esta justificativa coincide com a que foi apresentada pelo governo de Mabote para o susposto furto do gerador (mais detalhes sobre este assunto a seguir).

Caso de Mabote desperta um problema oculto

A 13 de Maio de 2024, o administrador de Mabote, Carlos Mussanhane, emitiu uma “Nota Explicativa” aos órgãos de comunicação social e aos interessados, sobre o que considera de “alegações infundadas” contra ele e o chefe do posto administrativo de Zivane. Na nota explicativa, Mussanhane afirmava ser acusado, através das redes sociais, de “ter subtraído um gerador pertencente à empresa Tmcel, localizado na localidade de Maculuve, no posto administrativo de Zinave”⁵.

1 Em termos contextuais, foi o ano de contratação de dívidas ocultas, da eclosão do conflito armado entre as forças governamentais e os homens da Renamo e eventualmente de grandes saques ao Estado.

2 www.mcel.co.mz

3 MISA Moçambique (2017). Avaliação de Transparência 2017: Análise dos cidadãos sobre a abertura do Governo. Disponível em <https://www.misa.org.mz/index.php/publicacoes/relatorios/direito-a-informacao-1/110-instituicoes-abertas-e-fechadas-2017-mozambique-report/file> (Acessado a 14/06/2024).

4 Charles, E. (2022). Crise na Tmcel: Três anos após a fusão da empresa não mostra sinais de recuperação continuando a acumular prejuízos e dívidas. Maputo: CIP Finanças Públicas. Disponível em <https://www.cipmoz.org/pt/2022/04/05/crise-na-tmcel-tres-anos-apos-a-fusao-a-empresa-nao-mostra-sinais-de-recuperacao-continuando-a-acumular-prejuizos-e-dividas/> (Acessado em 16/06/2024).

5 Governo do Distrito de Mabote (2024). Nota Explicativa. Mabote: Gabinete do Administrador.

As acusações, segundo ele, careciam de provas. Reconheceu que houve retirada do gerador mas afirmou ter-se tratado de um acto público presenciado pela comunidade local, justificado pelo risco de que poderia ser vandalizado. (**anexo 1**).

O administrador explica ter ordenando a transferência do gerador para o Comando Distrital de Mabote, à revelia da direcção da Tmcel, quer a nível provincial como a nível central, e que agiu assim para garantir a sua melhor protecção. Para essa operação, iniciada às 15 horas, esclarece o chefe do governo de Mabote, foi “necessário contratar 16 jovens locais para auxiliar no processo, devido à sua complexidade e ao prolongamento da noite”.

Os factos no terreno

Dias antes da retirada do gerador em Maculuve, o administrador do distrito de Mabote, Carlos Mussanhane, anunciou, em comício popular, que a empresa Tmcel estava a modernizar o seu equipamento. Por isso, parte deste seria retirado da antena de Maculuve, alegadamente porque já não seria usado por ser ultrapassado e antigo, logo, incompatível com o que seria instalado. Entretanto não revelou o tipo de equipamento que seria retirado daquela antena. Esta informação foi revelada por entrevistados durante a pesquisa, incluindo o próprio administrador de Mabote.

“Falamos da necessidade de termos a atenção em relação ao património, porque em função da evolução dos desafios que estávamos a ter, algum equipamento (da Tmcel) seria substituído para dar razão à nova abordagem que a Tmcel está a ter sob ponto de vista de comunicação. Não tínhamos detalhes do que efectivamente seria substituído, se era um chip, ou uma torre. Nós, dentro daquilo que são as nossas atribuições, nossas competências e a nossa forma de comunicar, tivemos necessidade, como forma de responder a uma situação concreta (não se referiu à essa situação), de retirar o gerador de Maculuve”⁶.

No entanto, a Tmcel, através de fontes internas, refuta que haja equipamento que deixará de funcionar. Aliás, afirma que o que está a ser objecto de substituição são os *modens* de transmissão do sinal de rede e não baterias nem geradores. Sobre esse aspecto, o próprio Mussanhane reconheceu que eles não sabiam que tipo de equipamento seria descontinuado.

“Efectivamente fomos trabalhar para Maculuve, dentro das nossas actividades de rotina. Informámos, por conta da comunicação que íamos tendo da área de infra-estruturas da província, sobre o que estava a acontecer sob ponto de vista da evolução do trabalho de expansão da Tmcel. No caso concreto do distrito de Mabote, Maculuve estava sem comunicação da Tmcel desde 2019, quando a antena teve avaria, mas também ficamos a saber que houve descontinuidade do próprio sistema que estava a ser usado em função desta questão tecnológica, que nós não temos domínio efectivo”, explicou Mussanhane, o administrador de Mabote.

Poucos dias depois do anúncio público do administrador de Mabote, um grupo de oito indivíduos, acompanhados pela polícia, chegou, por volta das 17 horas (não 15 horas conforme a carta do administrador), ao posto administrativo de Maculuve. Eram transportados por um camião de um empresário de Mabote (não conseguimos apurar o seu nome) e dirigiu-se à antena. Sem possibilidade de entrar no espaço onde estava localizado o gerador, devido à vedação de protecção da infra-estrutura, os homens solicitaram a um cidadão local um martelo que eles chamam de *four pounds* (equivale a 1.8 kg) para inutilizarem o cadeado e introduzirem-se na referida antena.

A primeira tentativa de destruir o cadeado fracassou. Recorreu-se a plano B: serrar a tranqueta da porta de entrada e assim conseguir contornar o cadeado. A segunda tentativa também não resultou. Só na terceira tentativa é que foi possível conseguirem introduzir-se no espaço protegido. A terceira opção foi de destruir a partir da tranqueta da parte inferior da porta que engata num pequeno buraco no solo.



Legenda: O estado em que ficou cadeado da antena de Maculuve



Legenda: Imagem da vandalização da tranqueta da porta de entrada

⁶ Carlos Mussanhane, administrador de Mabote, entrevistado a 07/06/2024, Cidade de Maputo.

Na altura, o guarda da antena encontrava-se fora da sede da localidade e não tinha qualquer informação, tanto da Tmcel como do governo distrital sobre a operação. O administrador Mussanhane disse ao CIP que o guarda tinha sido contactado mas tinha o celular desligado. Ele só regressou no dia seguinte quando lhe foi comunicado pelos jovens que participaram na operação que o gerador tinha sido retirado. Logo à chegada à antena, ele percebeu que a protecção do espaço tinha sido vandalizada e que aquele *modus operandi* nunca podia ser da Tmcel.

“Quando cheguei à antena, percebi que o gerador já não existia. Notei que o cadeado tinha sofrido pancadas de martelo, mas não cedeu. Os ferros da porta estavam dobrados e a tranqueta serrada. Logo, concluí que tinha sido um furto e que não tinham sido os donos (Tmcel) que vieram buscar”, contou Pedro Chichongue, segurança que protege a antena há 13 anos, em entrevista ao CIP. Aliás, contou que a Tmcel o avisava toda a vez que havia actividades na antena. Os colaboradores da empresa chegam sempre com chaves e nunca vandalizam a vedação para ter acesso à antena.⁷



A retirada do gerador, sem o consentimento da Tmcel, aconteceu numa sexta-feira, um dia antes da visita que os funcionários da Tmcel iriam efectuar à antena para a sua reactivação. A visita acabou não acontecendo porque quando estavam em Mapinhane (115 km da vila sede de Mabote), em Vilankulo, tomaram conhecimento de que tinha havido furto de gerador.

No dia seguinte, o segurança dirigiu-se à liderança comunitária para comunicar a ocorrência. O líder aconselhou-o a informar a ocorrência à Polícia. Quando foi comunicar a ocorrência, às autoridades policiais disseram que não tinham conhecimento. O segurança questionou sobre os procedimentos a seguir perante o cenário, ao que a Polícia lhe recomendou a contactar o chefe do posto, a pessoa mais certa para dar informações a respeito do que tinha acontecido à antena.

A antena está localizada ao lado da sede do posto administrativo e a cerca de 200 metros do posto policial, pelo que todos os movimentos são fáceis de detectar.

“Disseram-me que quem tinha informações sobre o que aconteceu na antena era o chefe do posto (administrativo) e que o devia contactar. Contactei-lhe e o informei que tinha sido furtado o gerador da antena e que haviam me dito que ele tinha conhecimento sobre o sucedido”, contou o segurança. De facto, o chefe do posto confirmou-lhe que o gerador tinha sido retirado por ordens do administrador distrital, Carlos Mussanhane, no âmbito de modernização do equipamento da Tmcel.

“Eu disse ao chefe do posto que tinha comunicado a Tmcel e me disseram que não tinham conhecimento sobre a retirada do gerador, o que significava que tinha sido furtado”, adicionou o segurança da Tmcel que se recusa a aceitar que o gerador tenha sido retirado de forma legal. “Para mim o gerador foi furtado. Recuso-me a aceitar que foi legalmente retirado”. Confirmou-se que a retirada do gerador tinha sido liderada pelo chefe do posto administrativo de Zinave.

A tentativa de entrar no espaço protegido levou quase uma hora. Já no interior da vedação onde se encontra a antena, iniciou a desmontagem do gerador, seguida de tentativa da sua retirada no recinto da área de vedação para um camião que estava encostado à vedação. Mas o gerador era tão pesado que a força dos oito homens era insuficiente para a operação. O chefe do posto administrativo recebeu ordens do administrador para contratar 17 jovens locais para os ajudar a introduzir o gerador no camião.

Por volta das 18 horas, os jovens chegaram e exigiram pelo trabalho o pagamento de 6 mil meticais⁸. A proposta foi recusada pelo chefe do posto administrativo que apresentou uma contra-proposta de 3500 MT. A contra-proposta do chefe do posto foi também recusada pelos jovens e acabou-se fixando uma remuneração de 5000 meticais para os 17 jovens. O valor foi transferido após a operação pelo chefe do posto administrativo de Zinave para o Mpesa de Ângelo Chitlango, líder do grupo contratado para carregar o gerador, por sinal representante da OJM, em Maculuve.

“Após metermos o gerador no camião, o chefe do posto enviou 5000 MT para o meu Mpesa para distribuir pelos 17 jovens que ajudaram na operação”, revelou Ângelo Chitlango, que reconhece que não sabia que se tratava de um acto ilícito.

A operação só foi concluída entre 20 e 21 horas. Devido ao peso de gerador, os 25 homens recorreram a estacas para introduzi-lo no camião. Todo o processo foi acompanhado pela Polícia, por isso Ângelo Chitlango não desconfiou de que se tratava de uma operação ilícita.

“Era impossível carregar aquilo (gerador) devido ao peso. Aquele gerador não pesava quilos, mas sim toneladas. Usamos estacas, enquanto outros empurravam-no até à saída”, contou o jovem, um dos responsáveis pelo carregamento, que reconheceu que após tomar conhecimento de que se tratava de uma operação ilícita, ficou receoso, até porque o local ficou desprotegido até às 10 horas do dia seguinte e podiam desaparecer outros bens como painéis solares e baterias. A culpa recairia sobre ele.

⁷ Pedro Chichongue, Segurança da antena, entrevistado a 3 de Junho de 2024, em Maculuve (Mabote), Inhambane.

⁸ Ângelo Chitlango, entrevistado a 3 de Junho de 2024, em Maculuve, Mabote, Inhambane.

“Não chegamos a pensar que o gerador estava a ser roubado porque na operação estavam presentes dirigentes, o chefe da polícia e a própria polícia. Por isso, entendemos que era uma ordem legal dos dirigentes. Até às 10 horas do dia seguinte, a vedação estava aberta e comecei a ter medo que algumas pessoas pudessem aproveitar-se para roubar outros bens, como painéis solares. Por isso, eu não estava seguro do estado em que estava o local. A população me acusava de ter participado do roubo”, disse Ângelo Chitlango.

Durante a operação de retirada do gerador, um funcionário do Parque Nacional de Zinave, de passagem, teria confrontado os autores sobre a ilicitude da retirada de um gerador à noite. Ele chegou a acusá-los de estarem a furtar o bem, o que gerou alguma animosidade que resultou na troca de palavras ofensivas.

Ninguém sabe da proveniência do valor pago aos jovens pela operação, mas não provém de fundos públicos nem do chefe do posto. O Chefe do posto assumiu, durante a negociação com os 17 jovens, que o valor para o pagamento da mão-de-obra não era dele, mas também não chegou de revelar a proveniência. A propósito, Carlos Mussanhane explicou que o distrito tem parceiros privados que ajudam o governo e teriam sido esses parceiros que desembolsaram o montante. No entanto, recusou-se a revelar a identidade dos referidos parceiros. Quando a presente investigação foi realizada no terreno, o chefe do posto não se encontrava no local de trabalho e vinha sofrendo pressão popular para esclarecer os contornos do desaparecimento do gerador. Mas, mesmo com essa pressão mantinha-se em silêncio. O ambiente entre a comunidade e o chefe do posto era descrito como de tensão. No dia 16 de Abril, Carlos Mussanhane teve de se deslocar a Maculuve para reunir-se com a população local e esclarecer as razões da retirada do gerador e para onde este (gerador) tinha sido levado. Mesmo assim, tais esclarecimentos não serenaram os ânimos. A população exige a devolução do “gerador de Maculuve”.

Carlos Mussanhane reconheceu que não comunicou com antecedência à Tmcel da necessidade de retirar do gerador. A comunicação só aconteceu após a Tmcel ter constatado o seu desaparecimento e após a direcção da empresa (Tmecl) ter solicitado ao comandante distrital da Polícia que bloqueasse todas as vias possíveis por onde o gerador poderia passar, saindo da zona onde se encontrava.

“É preciso dizer, aqui eu assumo, a comunicação foi deficitária. Não houve uma comunicação tempestiva e oportuna. Vamos dizer abertamente que não houve comunicação tempestiva, ou seja, anterior ao acto. A comunicação foi feita posterior ao acto. Neste momento que vos estou a falar o gerador está no comando e sob gestão da Tmcel. Posso-vos assegurar que aquele gerador já não volta a Maculuve. Aquele gerador a Tmcel vai dar o seu destino em outro tipo de actividades”, afirmou o administrador de Mabote.

Gerador foi parar na residência do empresário local

Quando o segurança da antena de Maculuve comunicou à direcção da Tmcel do desaparecimento de gerador, a Tmcel informou, imediatamente, ao comandante distrital da Polícia de Mabote e pediu que colocasse *road block* nas vias principais, sobretudo nos troços Mabote-Maculuve e Mabote - Mapinhanhe. Apesar de ter sido retirado à noite, o gerador ainda não tinha saído de Mabote. O comandante distrital já sabia da existência do gerador, porque já estava no comando distrito, mas supostamente desconhecia o seu proprietário e as razões da sua presença no local. Ou seja, ele não tinha informação de que se tratava de gerador procurado pela Tmcel. Na verdade a nossa investigação constatou que quando a direcção da Tmcel comunicou ao comandante distrital sobre a ocorrência, o gerador ainda não estava no comando da polícia. Estava ainda no camião na residência do referido empresário local, cuja identidade não conseguimos apurar nem a administração local aceitou partilhá-la. Foi lá onde pernitoou após ter sido desmontado da antena de Maculuve.

O administrador de Mabote confirmou e esclareceu:

“Pedimos auxílio a um agente económico que é amigo do governo do distrito, trabalha connosco em várias coisas e nos emprestou uma viatura para o transporte do gerador. No processo de carregamento e transporte para o comando da Polícia, primeiro, o dono do carro passou pela sua casa para ficar um tempinho, não sabemos o que ia fazer, mas não estava a fazer nada que fosse fora daquilo que era o seu direito em função de o carro ser seu. Depois demos instruções para que (ele) fosse para o comando para descarregar o gerador.”

A comunicação da Tmcel fez com que imediatamente o gerador fosse encaminhado ao comando distrital, para onde viria a ser descarregado e onde se encontrava até ao fecho deste trabalho (7 de Junho). Isto significa que se não tivesse havido denúncia da Tmcel, talvez o gerador pudesse não ter chegado ao Comando Distrital da Polícia de Mabote. Relativamente a este caso, nenhum processo-crime foi aberto, mesmo com evidências de vandalização de um bem público.



Legenda: Gerador ilicitamente retirado de Maculuve

Geradores e baterias furtados nas mesmas situações

O caso de Maculuve foi o despertar de um problema que a Tmcel vinha gerindo em silêncio. Nos últimos três anos (2021-2024) em que decorre a modernização do equipamento, a empresa maioritariamente detida pelo Estado perdeu três geradores e 175 baterias, bens avaliados em pouco mais de 20 milhões de meticaís. Os três geradores foram furtados em Inhambane com recurso à vandalização da rede de protecção, cadeados e serração de tranquetas, o mesmo *modus operandi* verificado em Maculuve, enquanto as baterias foram furtadas em Maputo, Gaza e Inhambane, Sofala e Tete.

Tabela nº 1. Baterias furtadas de 2021 a 2024

Provincia	Nº furtadas Baterias	Custo (mil MT)
Maputo	70	7.560
Gaza	33	3.564
Inhambane	61	6.588
Sofala	10	1.080
Tete	1	108
Total	175	18.900

Fonte: Tabela produzida pelo autor com base em dados da Tmcel



Legenda: Fotos de baterias alvos de furto

A rede opera no sul de Moçambique, nomeadamente Maputo, Gaza e Inhambane e também no centro, com dois casos de Sofala e um em Tete. Na província de Inhambane, além de baterias, a rede dedica-se ao furto de geradores de grande potência que variam de 10 KVA e 30 KVA. No mercado, estes geradores custam acima de 1 milhão de meticaís.

Como se pode verificar na tabela nº 1, Maputo e Inhambane são as províncias com mais casos de furtos de baterias, representando 75% de ocorrências (40% em Maputo e 35% em Inhambane).

Tabela nº 2. Lista de geradores furtados 2021, 2022 e 2024

Data de furto	Local	Distrito	Potência de gerador
04/03/2021	Nhacoongo	Inharrime	30 KVA
24/03/2021	Chichululo	Jangamo	30 KVA
15/12/2022	Murrure	Vilanculos	30 KVA
29/03/2024	Maculuva	Mabote	10 KVA

Fonte: Tabela produzida pelo autor com base em dados da Tmcel

Conforme a tabela nº 2, o fenómeno de desaparecimento de geradores iniciou em 2021. Neste ano foram ilegalmente retirados das antenas, só em Março, dois geradores: um em Nhacuongo e o outro em Chuchululo, nos distritos de Inharrime e Jangamo, respectivamente. O terceiro, de Murrure, em Mapinhane, distrito de Vilankulo, foi furtado em Dezembro de 2022. O gerador de Maculuve seria o quarto a desaparecer.

Como foram tirados os geradores?

Ninguém sabe dizer quem e como os geradores foram retirados, incluindo as comunidades circunvizinhas, excepto em Chuchululo, no distrito de Jangamo, em que os autores desmontaram-nos em plena manhã. De acordo com Samuel Notião, régulo de Chuchululo⁹, as pessoas chegaram logo cedo, por volta das 9 horas, com equipamento para iniciar a desmontagem do gerador. Foram de carros ligeiros. As comunidades locais pensaram que se tratava de funcionários da Tmcel que iam reparar algumas avarias.

O gerador, as 24 baterias e o sistema de ar condicionado foram desmontados todos pela manhã e deixados no mesmo local, mas o seu transporte só foi efectuado à noite.

⁹ Samuel Notião, régulo, entrevistado a 5 de Junho de 2024, em Chuchululo, Jangamo, Inhambane



Legenda: O estado em que ficou cadeado da antena de Nhacoongo



Legenda: Malfeitores tiveram que serrar tranqueta em Nhacoongo

Em Chuchululo não chegaram de vandalizar o cadeado. Cortaram a rede de vedação e introduziram-se no espaço da antena.

Curiosamente a antena está no espaço residencial dos professores da Escola Primária Completa de Chuchululo. Em termos mais precisos, está a menos de 15 metros das casas dos professores. Ninguém consegue explicar como o gerador foi furtado, o que pode indiciar a participação de alguns dirigentes locais. Foi aberto um auto com número 36/CDPRM/J/2021, mas ainda sem esclarecimento. Aliás, nenhum dos furtos foi até aqui esclarecido.

Em Nhacoongo e Murrure, nos distritos de Inharrime e Vilankulo, respectivamente, os geradores foram retirados sem que os autores fossem vistos. A Tmcel foi descobrir mais tarde quando a equipa efectuou uma visita visando substituir os equipamentos de transmissão de sinal da rede. Nem os seguranças, muito menos as comunidades conseguem explicar. O gerador de Nhacoongo¹⁰, por exemplo, encontrava-se instalado entre residências.

Há indícios de que a rede não apenas envolve dirigentes locais, a Polícia, como também trabalhadores da Tmcel.

Inhambane como destino?

A Tmcel desconhece o destino dos bens furtados, mas possui fortes suspeitas de que os geradores e as respectivas baterias estejam a ser vendidos em Inhambane, onde pode estar sediada a rede. As suspeitas têm razão de existirem. As baterias são muito procuradas em Inhambane, uma província com baixa taxa de electrificação. A população rural da província de Inhambane usa amplamente baterias para a iluminação e o entretenimento e esta é já uma prática com décadas. Os homens locais que emigram para a vizinha África do Sul voltam com electrodomésticos que, devido à falta de corrente eléctrica, funcionam com baterias recarregadas por painéis solares. Os electrodomésticos importados da África do Sul não são do uso exclusivo dos moçambicanos que trabalham na África. São revendidos, também, aos trabalhadores locais, pelo que estão espalhados pela comunidade.

Em 2020, a polícia deteve no bairro de Infulene, na Cidade da Matola, província de Maputo, um grupo composto por quatro indivíduos encontrados com cinco baterias furtadas justamente numa das antenas localizadas no posto administrativo com o mesmo nome (Anexo 7). Durante a audição pelo Serviços Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), os quatro confessaram o crime e revelaram que o destino era Inhambane, onde se encontravam os cabecilhas da rede.

Curiosamente, todos os processos não têm merecido um seguimento até ao seu desfecho pela direcção da Tmcel, mais um elemento que pode indiciar o envolvimento de altos dirigentes do Estado, daí o receio de fazer o acompanhamento legal dos casos. Ou seja, nenhum dos 38 casos aqui tratados foi esclarecido pela polícia nem teve desfecho na justiça, o que cristaliza a ideia de que a Tmcel pode estar a ser prejudicada por uma rede que pode ter ramificações dentro da própria instituição e que pode envolver figuras politicamente expostas.

Os quatro envolvidos no caso de Infulene foram posteriormente soltos mediante o pagamento de caução. Ninguém ao nível da Tmcel tem conhecimento do desfecho deste caso porque não houve mais seguimento ao processo. Igualmente, no passado recente, foi detido um professor em Homoíne, em Inhambane, na posse de baterias furtadas numa das antenas da Tmcel. Depois de alguns dias, ele viria a ser solto e o processo ficou sem desfecho conhecido.

Enquanto as baterias são muito procuradas por utilizadores domésticos, por sua vez, quanto aos geradores suspeita-se que estejam a ser vendidos a comerciantes das bombas de combustíveis, pois são os que mais usam aquele tipo de geradores.



Legenda: Supostos ladrões detidos por furto de baterias na Matola

10 Helton Cambule, segurança da antena, entrevistado a 5 de Junho de 2024, em Nhacoongo, Inharrime, Inhambane.

Conclusão e recomendações

A Tmcel foi lesada, nos últimos três anos e meio, em pouco mais de 20 milhões de meticaís. Curiosamente, nenhum dos cerca de 40 casos analisados teve desfecho em termos de haver julgamento dos implicados. Mesmos nos casos em que houve detidos, desconhece-se o desfecho do processo. Esta situação indicia uma possível existência da relação entre alguns funcionários da empresa com a rede, incluindo o potencial envolvimento da Polícia.

Em quase todas as antenas onde houve furto, nomeadamente de Maculuve no Mabote, Chuchululo, no distrito de Jangamo, Nhacoongo, no distrito de Inharrime, os autores recorreram à vandalização como *modus operandi* para terem acesso ao recinto protegido. Iguualmente, as operações foram feitas à luz do dia para dar a entender que se tratava de agentes da Tmcel.

No caso de Maculuve, que despertou a presente investigação, a operação foi ordenada pelo administrador distrital e liderada pelo chefe do posto administrativo à revelia da Tmcel. Há evidências de que a polícia esteve envolvida na protecção dos autores da operação.

Quando a Tmcel lançou o alerta sobre o desaparecimento, o gerador encontrava-se na residência de um agente económico local. O comandante da Polícia de Mabote, contactado pela Tmcel, confirmou que o gerador já estava no comando, mas desconhecia que era da Tmcel.

O governo distrital de Mabote usou estrutura do Estado para retirar ilegalmente um bem da Tmcel. Esta foi uma boa forma de usar o Estado para dar a entender que se tratava de uma operação legal do próprio Estado.

Face aos indícios e as evidências apresentadas, recomenda-se:

Que a Polícia e a Procuradoria investiguem a rede de furto de bens da Tmcel por haver indícios bastantes que apontam para a sua existência em Inhambane;

- Que a Tmcel retome e persiga até ao desfecho os processos anteriores com autores conhecidos, como é o caso do processo de Infulene;
- Que a Polícia e a Procuradoria investiguem e esclareçam o caso de tentativa de retirada ilícita de gerador de Maculuve, uma vez o *modus operandi* ser o mesmo usado, primeiro, nas outras antenas de Chuchululo e de Nhacoongo;
- Investigar possível envolvimento de rede interna na Tmcel em todos os furtos.

Referências

CHARLES, E. (2022). Crise na Tmcel: Três anos após a fusão da empresa não mostra sinais de recuperação continuando a acumular prejuízos e dívidas. Maputo: CIP Finanças Públicas.

MISA Moçambique (2017). Avaliação de Transparência 2017: Análise dos cidadãos sobre a abertura do Governo.

Governo do Distrito de Mabote (2024). Nota Explicativa nº91/GAM/042/2024. Mabote: Gabinete do Administrador.

Lista de Entrevistados

CHICHONGUE, P. Guarda da Tmcel. Entrevistado a 3 de Junho de 2024 em Maculuve, Zinave, Mabote, Inhambane.

CHITLANGO, A. Jovem contratado. Entrevistado a 3 de Junho de 2024, em Maculuve, Zinave, Mabote, Inhambane.

HELTON, C. Guarda da Tmcel. Entrevistado a 5 de Junho de 2024, em Nhacoongo, Inharrime, Inhambane

MUSSANHANE, C. Administrador de Mabote. Entrevistado a 7 de Junho de 2024 na cidade de Maputo.

NOTIÇO, S. Régulo, entrevistado a 5 de Junho de 2024, em Chuchululo, Jangamo, Inhambane.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PROVINCIA DE INHAMBANE
GOVERNO DO DISTRITO DE MABOTE

GABINETE DO ADMINISTRADOR

A/Ao: *Orgãos de
Comunicação social
e todos interessados*

Nota nº: 91 /GAM/042/2024

Data: 13/05/2024

ASSUNTO: Nota explicativa.

Nota explicativa sobre alegações infundadas contra o Administrador do Distrito de Mabote e o Chefe do Posto Administrativo de Zinave

O Governo do Distrito de Mabote tomou conhecimento, através das redes sociais, de informações difamatórias e injuriosas que circulam contra Carlos Eduardo Mussanhane, Administrador do Distrito de Mabote, e Anastácio Caetano, Chefe do Posto Administrativo de Zinave.

As informações veiculadas acusam, sem fundamento, o Administrador do Distrito de Mabote de ter subtraído um gerador pertencente à empresa TMCEL, localizado na Localidade de Maculuve, no Posto Administrativo de Zinave. Importa esclarecer que estas alegações carecem de veracidade e de provas que sustentem tal acusação. A retirada do gerador foi um ato público, testemunhado pela comunidade da Localidade de Maculuve, e a antenna encontra-se num local público e visível.

É de salientar que a antena da TMCEL na Localidade de Maculuve se encontra inoperacional desde 2019, situação que gerou polémica no seio da comunidade, havendo inclusive relatos de uma possível vandalização por indivíduos não identificados.

O Governo do Distrito de Mabote, no âmbito das suas atribuições e competências, é responsável pela gestão do território em várias dimensões, tomando as medidas necessárias para garantir a proteção de pessoas e bens, com base em informações úteis de segurança. Foi neste contexto que o Administrador do Distrito de Mabote decidiu transferir o gerador para o Comando Distrital da PRM-Mabote, onde se encontra atualmente em segurança e pode ser verificado por todos os interessados, de acordo com as regras estabelecidas. Os trabalhos de retirada do gerador decorreram a partir das 15h00 do dia 29 de março de 2024, tendo sido necessário contratar 16 jovens nativos para auxiliar no processo, devido à sua complexidade, e prolongando-se até à noite.

É importante realçar que a relação entre o Governo do Distrito de Mabote e a TMCEL é excelente e tem vindo a crescer no que diz respeito à expansão dos serviços ao nível do distrito. Prova disso é a religação da antena da TMCEL na vila sede de Mabote, onde, desde o dia 10 de maio de 2024, já é possível comunicar utilizando esta operadora, após um interregno de 4 anos.

Além disso, é com satisfação que informamos que a antena localizada na Localidade de Maculuve, Posto Administrativo de Zinave, voltará igualmente a funcionar após um interregno de 5 anos. Isto demonstra que a retirada do gerador daquela localidade para o Comando Distrital da PRM não prejudicou qualquer tipo de comunicação naquela circunscrição administrativa.

No dia 16 de abril de 2024, o Administrador do Distrito de Mabote esteve a trabalhar na Localidade de Maculuve, onde se reuniu com a comunidade e prestou esclarecimentos sobre a localização e as razões da retirada do gerador para o Comando Distrital da PRM-Mabote.

Sem mais, apresentamos as nossas melhores e cordiais saudações.

O ADMINISTRADOR DO DISTRITO



Carlos Eduardo Mussanhane





CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Norwegian Embassy



Suécia
Sverige



Reino dos Países Baixos



Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autores: Lázaro Mabunda e Raúl Massingue

Revisão de pares: Edson Cortez, Borges Nhamirre

Revisão Linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique